



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

19 de Setembro 2014



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigo	Data: 19/09/2014
Assunto: Tecnologia da Informação		Página: 26

DIÁRIO CATARINENSE

SALA DE AULA DO FUTURO

VILSON MARTINS
FILHO

Coordenador-executivo da Teltec
Solutions de Florianópolis



No chamado século do conhecimento, o uso inovador da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nas instituições de ensino tem transformado o processo de ensino-aprendizagem, de modo que o conhecimento se torna uma construção conjunta entre aluno e professor. Nesse contexto, nasce o conceito de Educação 3.0, que prevê a criação de uma infraestrutura de conectividade e colaboração com alto desempenho, mobilidade e segurança. Nenhuma tecnologia, contudo, terá seu real impacto caso não haja apropriação por parte do professores.

Na sala de aula do futuro, os educadores passam a atuar como facilitadores e mediadores para o acesso e construção do conhecimento, atuando como guias e não mais como transmissores de conteúdo. Tais profissionais precisam ser capacitados para o uso das soluções tecnológicas, assim como para desenvolver diferentes

Os professores atuarão como guias na construção do conhecimento

metodologias que as comportem. Além disso, precisam entender como a atual geração pensa e se informa e, alinhados a essa nova dinâmica de aprendizagem,

adaptar os métodos a partir do contexto real das escolas. Nesse cenário, o maior desafio do professor será despertar a curiosidade e provocar o estudante a confiar em si mesmo e a estimular o conhecimento, evitando uma postura impositiva e se apresentando como referência segura para significação do conhecimento.

Do ponto de vista empresarial, o setor de educação também representa um importante mercado. Percebemos que o ensino de qualidade é focado no uso sustentável dos recursos, na escolha da tecnologia adequada ao contexto e na formação do professor. Essa triade tende cada vez mais a crescer em qualquer modalidade de ensino, mas não basta fazer educação antiga com recursos novos. Trata-se de aproveitar o uso já incorporado pelos jovens de tablets, smartphones, ferramentas de busca, redes sociais, internet de alta velocidade, entre outros, para transformar e explorar o melhor das habilidades cognitivas e modelos pedagógicos em Educação 3.0.



Veículo: Notícias do Dia

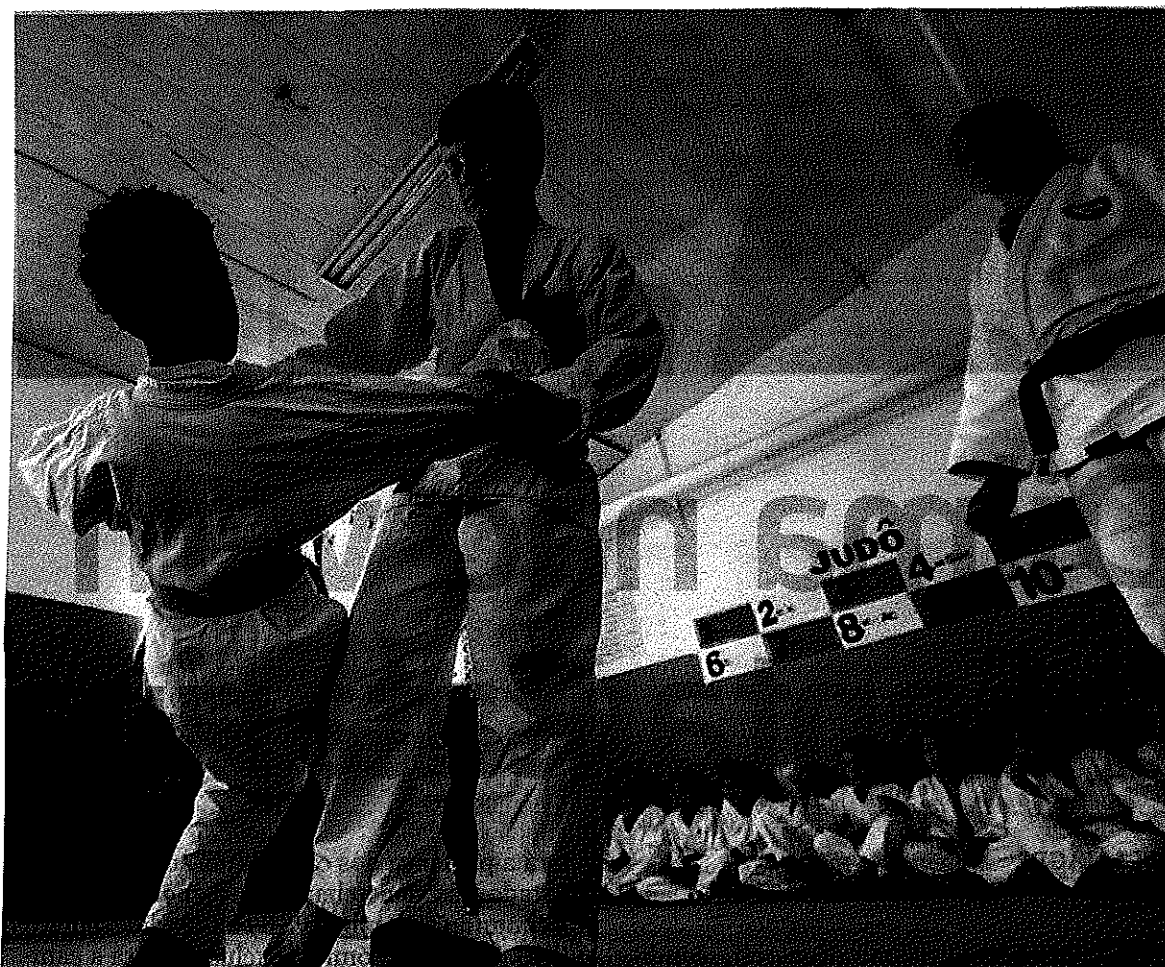
Editoria: Estado

Data: 19/09/2014

Assunto: Educação

Página: 3

Notícias do Dia



Desafios para o ensino integral



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Estado

Data: 19/09/2014

Assunto: Educação

Página: 3

Notícias do Dia

DAIANA CONSTANTINO E KELIMAGRI
redacao@noticiasdodia.com.br

Mikelen Vieira, 13, Jarene Ferreira, 13, Valber Bittencourt, 9, e Jean Pereira, 10, dividem a pequena sala da escola Jurema Cavallazzi, no bairro José Mendes, em Florianópolis, com outros 15 alunos para aprender judô. O esporte é a oficina preferida dos quatro moradores da comunidade do Morro da Madeira, vizinha da escola. Pelo tatame e pela velha quadra de esportes descoberta e de piso bruto, eles aceitam ficar três horas a mais na escola.

Os alunos são quatro dos 89 da escola que participam do programa Mais Educação, do governo federal, que estende o tempo de permanência na escola e o preenche com reforço escolar e oficinas artísticas e recreativas. A medida pretende mudar os baixos indicadores do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e é chamada de ensino em tempo integral.

O método foi adotado pelo governo federal em 2008 e virou lei em todo o país. Em parceria com os Estados e municípios, responsáveis pela infraestrutura física e pela coordenação dos programas, o governo pretende alcançar 75 mil escolas e 10 milhões de alunos até 2024. Em Santa Catarina, são

50 mil alunos em 384 escolas da rede estadual no ensino fundamental e médio. Em toda a rede pública, 52,7% das escolas no Estado oferecem ensino em tempo integral.

A realidade da escola estadual Jurema Cavallazzi aponta um dos maiores problemas para a implementação do programa em Santa Catarina: a falta de estrutura física e humana nas escolas. A situação se repete também em Joinville (leia mais nas páginas centrais). Com dez salas de aula para 370 alunos, a escola tem apenas quatro turmas no ensino integral, que utilizam duas salas para as seis oficinas. "São 25 alunos de diferentes classes em cada turma do integral. Tirando o tatame da sala do judô, o mesmo espaço é usado para a aula de letramento. É difícil alfabetizar assim", lamenta a coordenadora Maria Claudete Rodrigues.

Para a diretora da escola, Margit Beckenkamp, os problemas vão além. A escola, fundada em 1975, passou por apenas três reformas em 39 anos e nunca foi ampliada. A biblioteca está fechada há dois anos por falta de uma bibliotecária, que se aposentou, e a verba do Mais Educação está atrasada. "Não temos professores ou auxiliares para substituir se um professor ficar doente", completa a diretora, que não deixa dúvidas de que a falta de estrutura compromete toda a educação.

NA PRÁTICA

- Hoje, a escola com estrutura física adequada se inscreve no programa para a oferta da educação em tempo integral. A solicitação segue a programação da Secretaria de Estado da Educação.
- Para 2015, o Estado recebeu a solicitação de 40 escolas do Ensino Médio, as quais estão em fase de análise.
- Os programas são em parceria com o governo federal por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). As escolas recebem recurso direto do MEC (Ministério da Educação).
- Além da infraestrutura e do almoço, a Secretaria de Estado da Educação paga 460 orientadores para atender aos programas. O investimento apenas em pessoal é de R\$ 1,2 milhões/mês.



Veículo: Correio Lageano	Editoria: Geral	Data: 19/09/2014
Assunto: Colégio Rosa		Página: 02



CORREIO LAGEANO

EX-ALUNOS DO COLÉGIO ROSA FAZEM VISITA E SE EMOCIONAM

VINICIUS PRADO

viniciusprado@correiolageano.com.br

Alunos que estudaram no antigo prédio do Colégio Rosa (Vidal Ramos) fizeram uma visita às obras de restauração. Emoção e saudade marcaram o passeio dos jovens que conheceram toda a estrutura do local em reforma.

A pedido dos próprios estudantes do 7º ano da escola, a Secretaria de Desenvolvimento Regional, junto à Gerência de Educação e o engenheiro responsável pela obra, Paulo Cesar Amarante Junior, guiaram os alunos pelos corredores e andares do colégio em restauração.

Durante a visita, Amarante explicou aos jovens as etapas da obra e o que está sendo feito. Para alguns, não foi possível conter a emoção, como no caso de Andriara Gonçalves Silva, de 13 anos.

A aluna estuda na instituição desde o pré-escolar, e acompanhou a época difícil que o colégio enfrentou an-

muito triste, eu chorei umas duas semanas”, comenta. Ao ver a restauração do prédio, Andriara ficou emocionada. “Eu lembro dos velhos tempos, das professoras, das salas. Gostei bastante da reforma”.

Outro aluno que acompanhou o processo é Rafael de Jesus Silva, de 14 anos. “O último dia de aula foi muito triste. Mas hoje é uma sensação de orgulho, ter feito parte da história deste colégio”, destaca.

● **SITUAÇÃO** | As obras estão avançadas. Do lado de fora, a estrutura para o jardim está feita, e o anexo onde será um bistrô também está finalizado. O pátio e a praça são os focos dos cerca de 30 trabalhadores da obra. A previsão de entrega do Centro Cultural é para o início de 2015.



Atualmente, pátio e praça são o foco dos cerca de 30



Corpo docente diz que é um sonho realizado

Alguns professores e a direção da Escola de Educação Básica Vidal Ramos acompanharam os alunos durante a visita ao Colégio Rosa. A diretora Lucy Bavarin Correa, que já estava no cargo quando houve a transferência dos alunos para outra estrutura, comenta que é um sonho realizado poder ver a restauração.

“É uma emoção muito grande, sem palavras

para descrever”, comenta contente.

Lucy diz que os estudantes, desde quando saíram do antigo colégio, sempre procuraram saber o dia que iriam poder voltar e vê-lo com cara nova.

Para a professora e pedagoga Leda Aparecida de Figueiredo, é uma realização fazer parte desta conquista. Ela atua há 20 no Vidal Ramos e diz que foi uma luta

muito grande de toda a comunidade. “Foi a primeira escola pública de Lages, sempre foi referência. Com isso, a história dela continua”.

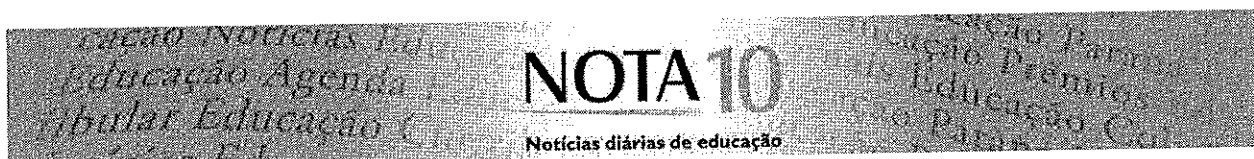
“ Eu lecionei para muitos alunos em várias turmas nestes 20 anos. Ajudei a pegar na mão para escrever.

LEDA FIGUEIREDO, pedagoga



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 19/09/2014
Assunto: Portal		Página: Online



Ministério da Educação lança portal da Educação Integral

O Ministério da Educação (MEC) lançou ontem (18) o Portal da Educação Integral. A página, que já está no ar, reúne informações e notícias sobre o tema, permite o acesso rápido ao Programa Dinheiro Direto na Escola - por meio do qual as escolas recebem os recursos para as atividades - e oferece espaço para conferências pela internet.

O ensino em tempo integral é uma das apostas para melhorar a educação básica. Durante o período em que estão na escola, os estudantes, além das aulas, recebem acompanhamento pedagógico e participam de outras atividades, como prática de esportes, atividades culturais e de comunicação. A jornada da educação integral deve ser, no mínimo, de sete horas diárias ou 35 horas semanais. Com recursos do Programa Mais Educação, o MEC financia a implementação da jornada integral em escolas com baixo desempenho, de regiões vulneráveis.

"Estamos analisando cada escola, para ver o que podemos ajudar para que possam melhorar a performance", disse o ministro da Educação, Henrique Paim. De acordo com o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Romeu Caputo, o governo investiu neste ano mais de R\$ 1 bilhão no programa, o que corresponde a execução em dia dos valores previstos no Orçamento.

A oferta de educação integral está também no Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para o setor nos próximos dez anos. Segundo o plano, a educação integral, que atualmente chega a aproximadamente 35% das escolas públicas, deve atingir 50% pelo menos. Além do programa federal, alguns estados e municípios oferecem os próprios programas.

Para a secretária de Educação Básica, Maria Beatriz Luce, a oferta de educação integral evidencia outros problemas na educação básica, que precisam ser enfrentados, como a reorganização da jornada e carreira dos professores. "Precisamos pensar que as escolas progressivamente deverão contar com professores em tempo integral", diz ela, e ressalta que os profissionais vão poder "se dedicar a uma escola só, e não a jornadas em duas, três, quatro escolas". Segundo ela, o governo defende que os recursos dos royalties do petróleo sejam usados também para melhorias na carreira dos docentes e em formação.

Como parte do PNE, a implementação do ensino integral deverá constar nos planos estaduais e municipais de Educação, que devem ser concluídos até o final de junho do ano que vem.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 19/09/2014
Assunto: Livros Eletrônicos		Página: Online



Projetos no Senado incentivam adoção de livros eletrônicos

Em Brasília, os senadores têm apresentado projetos que incentivam o uso de livros eletrônicos nas escolas. Além de estender ao formato os benefícios fiscais já oferecidos ao livro de papel, as propostas também visam a garantir o acesso de alunos da rede pública a esse tipo de conteúdo.

Pesquisas recentes reforçam as vantagens da leitura digital no aprendizado. Estudo da universidade norueguesa de Stavanger sobre o uso do livro eletrônico revelou que a compreensão do texto é praticamente a mesma de quem faz a leitura no papel. Outra pesquisa, realizada nos Estados Unidos, com estudantes disléxicos revelou uma melhora na compreensão do texto e na velocidade da leitura feita na tela. O livro eletrônico, em geral, também permite ajustar o tamanho e o tipo da letra.

A leitura digital pode ser feita em e-readers, tablets, computadores ou até smartphones, por meio de aplicativos próprios. No ano passado, os livros eletrônicos representaram em torno de 2,5% do faturamento do mercado editorial brasileiro.

Projeto que equipara, na legislação brasileira, os livros eletrônicos aos impressos (PLS 114/2010), do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), aprovado em caráter terminativo na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE) em 2012, aguarda votação na Câmara. O objetivo é alterar a Política Nacional do Livro (Lei 10.753/2003) para garantir aos conteúdos (e-books) e equipamentos de leitura digital (e-readers) os mesmos benefícios tributários do livro impresso. De acordo com a Constituição, os livros são livres de impostos.

A imunidade tributária para livros e leitores eletrônicos também tem sido discutida na Justiça. O assunto já chegou ao Supremo, no Recurso Extraordinário 330.817, onde é relatado pelo ministro Dias Toffoli.

Educação

No Senado tramitam dois projetos de iniciativa do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) para estimular o desenvolvimento de aplicativos para tablets e aumentar o uso dessa tecnologia no aprendizado escolar.

O PLS 394/2012 propõe a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a receita da venda a varejo de softwares educacionais e livros eletrônicos para utilização em tablets. A matéria aguarda parecer do relator, senador Delcídio do Amaral (PT-MS), na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Já o PLS 109/2013 determina o fornecimento de tablets aos estudantes das escolas públicas de educação básica até 2023. Cícero Lucena argumenta que os aparelhos têm "enorme potencial pedagógico" e devem se tornar objeto da atenção das políticas públicas de educação. Para o senador, o livro didático e o caderno continuam a ter o seu



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

papel no processo educativo, mas as inovações nesse campo "não devem constituir privilégio de poucos".

- A dimensão da minha proposta é a da inclusão, para que as pessoas sem acesso a esse conteúdo eletrônico possam passar a usar o tablet como ferramenta obrigatória na escola. E ainda há o ganho ecológico desse equipamento contra a produção do livro de papel e todas as suas consequências para o meio ambiente - explica o senador.

O projeto tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde tem voto favorável do relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), com duas emendas que estabelecem a capacitação dos professores e a avaliação dos alunos que usam o equipamento.

Cristovam Buarque entende que as crianças preferem os livros eletrônicos e devem ter professores preparados. Ele próprio tem mais de mil livros arquivados em seu tablet.

"Eu, pessoalmente, já começo a preferir ler no tablet. Sublinho mais fácil, jogo nota para o final, é muito mais prático. Ler no papel é a mesma coisa de voltar a usar o papiro depois de Gutenberg", compara.

Para o presidente da Comissão de Educação, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), é apenas "uma questão de tempo" até que se vençam as últimas resistências à leitura eletrônica.

"A oferta do papel sempre vai existir, por determinado apego que a pessoa tem, mas acho que nós temos que quebrar paradigmas. Os livros já estão disponibilizados em bibliotecas eletrônicas. É uma ferramenta muito importante o tablet nas escolas para as novas gerações; isso vai tomar conta", prevê.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 19/09/2014
Assunto: Debate		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

'Jovem não desistiu de aprender, mas escola deve se reinventar', diz diretora

*Educação foi tema de seminário promovido pela Globo nesta quinta (18).
Foram discutidos se a educação dá votos e se a escola parou no tempo.*

A educação é responsabilidade da escola? Este foi um dos temas debatidos na segunda edição do seminário "Educação: Mitos x Fatos", promovido pela Globo, em parceria com o Unicef e a Fundação Roberto Marinho, nesta quinta-feira (18), em São Paulo. Também foram abordadas questões como se a escola parou no tempo, se a educação é valorizada pelos jovens e se dá votos.

O evento contou com a participação da cientista Mayana Zatz, do diretor do Observatório das Favelas Jailson de Souza e Silva, do especialista em educação Mozart Neves Ramos e da educadora e diretora de escola Eliane Ferreira, sob a mediação da jornalista Miriam Leitão. Veja alguns pontos abordados:

O jovem valoriza a educação?

Para Eliane Ferreira, diretora da Escola Municipal Professor Souza Carneiro, localizada na Penha, no Rio de Janeiro, é mito que dizer que o jovem não valoriza a educação. "Seria muito grave aceitar que o jovem deixou de acreditar na escola. Ele não desistiu de aprender e aí que está o desafio da escola, de se reinventar." Neves questionou o modelo vigente de ensinar e lembro que ele mesmo quando estava na sala de aula teve de criar uma aula mais dinâmica. "Ninguém aguenta mais a sala de aula estática. Não vamos conseguir segurar o jovem por duas horas copiando algo que o professor escreveu na lousa sendo que a informação já está na rede social."

Jailson Souza e Silva, diretor do Observatório de Favelas, diz que o crescimento da escolarização no Brasil demonstra que a educação não está desacreditada. "O que existe é um processo de desqualificação da escola pública. Há um sentimento de impotência que precisa ser superado."

De quem é a responsabilidade?

Eliane Ferreira diz que é impossível a responsabilidade pela educação ser só da escola. "Além de mito, é um equívoco, é perverso pensar assim. A educação precisa ser repensada por toda a sociedade, a escola não é uma ilha dentro da sociedade."

Mozart Neves, do Instituto Ayrton Senna, lembra que o elemento central da educação é um bom diretor de escola, capaz de articular a família e trazer a comunidade para a instituição. "A escola é a liderança, mas precisa dos pais participando ativamente."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A escola parou no tempo?

As discussões do seminário foram iniciadas a partir de depoimentos gravados em sete cidades brasileiras. Uma das questões abordadas foi se a escola parou no tempo.

“Temos uma escola do século 19, um professor do século 20 e um aluno do século 21. A grande diferença é só a cor da lousa”, afirma Mozart Neves. Ele atribui parte da estagnação da escola à formação de professores, e conseqüentemente, às universidades que estão fora da realidade da escola pública. “Se não houver uma política nacional de formação de professores, não vamos mudar.”

A cientista e professora da Universidade de São Paulo (USP) Mayana Zatz lembra a defasagem especificamente no ensino de ciências. “As escolas não se atualizaram, não têm aula prática. A ciência é ensinada de uma maneira muito chata. O foco é fazer o aluno pensar, questionar, ter curiosidade.”

Votos x educação

A última pergunta do seminário foi se a educação pode dar votos. “Se não dá, tem de tirar”, afirma Mozart. Para ele, o Ideb ajudou a colocar o tema no debate político. “Hoje o prefeito vai cobrar seu secretário se as metas do [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] Ideb não estão sendo cumpridas.”

“Temos de convencer nossos políticos de que a educação dá votos. Os políticos são imediatistas e muitas vezes os resultados da educação não aparecem em suas gestões, mas temos de tentar mudar a cabeça deles.”

Como melhorar a educação?

Como novos caminhos para melhorar a educação, Eliane aponta a divisão das responsabilidades, além da escola. “É preciso parar de buscar os culpados pelo fracasso e entender que os meninos não aprendem só na escola. A escola está sendo entupida de coisas que cabem a outras instâncias.” Para Mozart, o futuro depende de investimento nos professores. “Não há futuro para um país que não possui bons professores. Hoje os recursos ficam no meio do caminho. É necessário investir na carreira, no salário do professor e em insumos.”

Beatriz Azeredo, diretora de responsabilidade social da Globo, afirma que a ideia do evento é mobilizar a sociedade em torno da educação pública de qualidade. “Não vamos mergulhar em estatísticas, vamos discutir ideias. É uma conversa sobre educação, sobre o que estamos pensando e como avançamos.”

Uma síntese do seminário será exibida no Fórum da GloboNews, no dia 27 de setembro, às 21h05, na GloboNews, e no Canal Futura, no dia 30 de setembro, às 21h30.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 19/09/2014
Assunto: Ensino à Distância		Página: Online



Mário Motta: cuidado ao pedir transferência durante programa de ensino à distância

Leitor terá que repetir o primeiro ano de estudos devido complicações da modalidade de educação

Pela dificuldade que encontrou para estudar na idade correta, o leitor Luiz Fernando Freitas, de maneira exemplar, está correndo em busca do conhecimento. Ele está concluindo o ensino médio no EJA — Educação de Jovens e Adultos no Colégio Ceniro Martins em Forquilhas.

Como está encontrando dificuldades para chegar a tempo do horário das aulas, concluiu o primeiro ano no EJA presencial e foi ao EJA Kobrasol matricular-se no Ensino a Distância. Lá foi pego de surpresa com a informação de que o primeiro ano que fizera no ensino presencial não tem validade para o Ensino à Distância e ele precisa reiniciar tudo novamente.

Confesso que também fui pego de surpresa e fui buscar compreender o motivo para essa desconsideração, que certamente só desestimula quem pretender recuperar o tempo perdido nos estudos.

O EJA Kobrasol esclarece

A bem da verdade, Ensino presencial e Ensino à Distância — são modalidades distintas de ensino. A primeira — modalidade presencial — é dividida em semestres e anos letivos para todas as disciplinas. A outra — À distância — é dividida em módulos por disciplina e após concluir inteiramente uma delas, você parte para a outra (por exemplo: conclui Matemática e parte para o Português).

Tudo que o Luiz Fernando aprendeu no primeiro ano do EJA Presencial, não se apagará, e ele certamente irá utilizar ao retomar os estudos na outra modalidade (à distância) e dependendo de sua aplicação, poderá concluir o ensino médio disciplina por disciplina brevemente. Peço a ele e a todos os que resolveram retomar seus estudos que não desistam e mais tarde poderão comemorar essa decisão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 19/09/2014
Assunto: Analfabetismo		Página: Online



ANALFABETISMO VOLTA A DIMINUIR APÓS 'ESTACIONAR' NO ANO ANTERIOR, DIZ PNAD

Índice de analfabetos diminuiu de 8,7% em 2012 para 8,3% em 2013. Nº de pessoas sem instrução subiu 4,3% e atingiu marca de 16 milhões

Fonte: G1

A taxa de analfabetismo no Brasil voltou a cair depois de um ano de estagnação. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgados na manhã desta quinta-feira (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de brasileiros com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever foi de 8,3% em 2013.

Em 2012, a taxa foi de 8,7%, ligeiramente mais alta que no ano anterior, quando ficou em 8,6%.

Já o número de pessoas com 10 anos ou mais que não têm instrução ou estudaram menos de um ano subiu de 15,3 milhões para 16 milhões.

O estudo do IBGE investiga dados sobre população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento. Foram ouvidas 362.555 pessoas em 1.100 municípios.

No total, 13,04 milhões de pessoas com 15 anos ou mais estão no grupo de analfabetos no Brasil, e 7 milhões deles vivem na Região Nordeste. Considerando apenas a faixa etária dos adultos com 25 anos ou mais, a taxa de analfabetismo foi de 10,2% em 2013, abaixo do índice de 2012 (10,7%). Segundo o IBGE, 12,63 milhões de brasileiros com pelo menos 25 anos não sabem ler e escrever.

Os dados regionais mostram que o número de analfabetos caiu em todas as partes do país. Nas regiões Norte e Nordeste, a queda foi mais acentuada. No Norte, o índice de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas caiu de 10% para 9,5%. No Nordeste, a taxa recuou de 17,4% para 16,6% entre 2012 e 2013, mas a região ainda mantém o nível mais alto do país.

No Centro-Oeste, o índice caiu de 6,7% para 6,5%. No Sudeste, foi de 4,8% para 4,7%. Já no Sul, a taxa de analfabetos foi de 4,4% para 4,2% no mesmo período.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Queda após 'estabilidade estatística'

A queda no índice registrada neste ano vem após um período em que a taxa de analfabetismo no Brasil se manteve inalterada. Entre 2011 e 2012, o índice foi de 8,6% para 8,7%, o que, segundo o IBGE, não configura um aumento, porque está dentro do "intervalo de confiança", e não significa necessariamente que o analfabetismo aumentou, e sim que se manteve estatisticamente estável.

Cresce o número de pessoas sem instrução

Apesar da queda no índice de analfabetismo, a Pnad revela um aumento no número absoluto de pessoas com dez anos ou mais sem instrução ou com menos de um ano de estudos. Segundo os dados consolidados, esse número avançou 4,3%, de 15,34 milhões para 16,03 milhões, e em 2013 representou 9,3% do total da população com essa idade.

Por outro lado, aumentou também o número de pessoas com 11 anos ou mais de estudos. Em 2012, esse grupo somava 61,7 milhões de pessoas. Em 2013, ele subiu para 65,5 milhões, sendo que 48,7% delas vivem na Região Sudeste.

De acordo com a Pnad 2013, o número médio de anos de estudo dos brasileiros com dez ou mais anos de idade aumentou de 7,5 para 7,7.

Taxa de escolarização

A porcentagem de brasileiros com quatro anos ou mais matriculados na escola aumentou em todas as faixas etárias, principalmente na idade pré-escolar. Em 2012, 3,80 milhões de pessoas entre 4 e 17 anos estavam fora da escola (ou 5,29% do total). No ano seguinte, esse número foi de 3,50 milhões, ou 4,94% do total da população nessa faixa etária.

A quantidade de crianças de quatro e cinco anos na escola subiu de 78,1% para 81,2% entre 2012 e 2013. Porém, a taxa de escolarização varia de acordo com o estado, e em cinco deles o índice piorou no período analisado.

O Espírito Santo foi o estado com a maior queda na taxa de escolarização de crianças de quatro e cinco anos: em 2012, 88,8% das crianças nessa idade estavam na escola. Em 2013, o índice recuou sete pontos percentuais, para 81,8%. No Tocantins, a taxa caiu de 70,3% para 67,4%; em Pernambuco, o índice era de 82,7% em 2012 e caiu para 82,2% no ano seguinte. No Rio Grande do Sul, a queda foi de 62,4% para 62%, e em Goiás o índice recuou de 69,4% para 69,1%.

Os três estados que mais tiveram alta na taxa de escolarização de crianças de quatro e cinco anos foram Amapá (crescimento de 11,6 pontos percentuais, de 50,8% para 62,4%), Roraima (de 66,1% para 73,8%) e Acre (de 51,2% para 58,6%). Segundo a Pnad 2013, o estado com a menor taxa de escolarização para crianças em idade pré-escolar é Rondônia, onde 56,9% delas estão estudando.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 19/09/2014
Assunto: Ideb		Página: Online



OPINIÃO: IDEB - A URGÊNCIA ESTÁ POSTA

"É preciso convir que o retrocesso dos indicadores educacionais é inadmissível, e cobrar do poder público ações imediatas", afirma Alejandra Meraz Velasco

Fonte: Correio Braziliense (DF)

Se, no passado, o debate sobre a Educação se limitava ao acesso à Escola, à infraestrutura e à disponibilidade de Professores, o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb) permitiu ao Brasil discutir a qualidade do setor. O indicador não se limitou à apuração de proficiências e integrou a permanência e o fluxo Escolar na composição do cálculo, manifestando, assim, que a aprendizagem deve se dar na idade certa e que a reprovação não é um caminho para melhorar a pontuação.

Os resultados do Ideb 2013, embora não surpreendam, acendem vários alertas. Os anos iniciais do Ensino fundamental (EF) continuam melhorando acima da meta, mas com menor margem. O Ideb aumentou nos anos finais do EF, mas a desaceleração da melhora, já perceptível em edições anteriores, levou pela primeira vez ao não cumprimento da meta estabelecida para o país este ano. Já o tímido crescimento do Ensino médio (EM), desde o início do monitoramento (2005), estagnou, levando ao não cumprimento da meta também nessa etapa.

A análise detalhada do indicador gera grande preocupação, já que, ao isolar o componente relativo à proficiência — média das notas dos Alunos nas provas aplicadas pelo Sistema de Avaliação da Educação básica (Saeb) —, se verifica franca queda no desempenho Escolar nos anos finais do Ensino fundamental e no Ensino médio. E se deixarmos de analisar a média nacional para olhar a situação por estado, verificamos que, apesar de o Ideb nacional do EM ter ficado no mesmo nível, 16 das 27 redes estaduais (considerando o DF) apresentaram queda no indicador. É preciso convir que o retrocesso dos indicadores educacionais é inadmissível, e cobrar do poder público ações imediatas.

Sem a pretensão de revelar a bala de prata que poderá mudar o destino da Educação no país, até porque devemos desconfiar da sua existência, é preciso refletir sobre algumas tendências na política educacional. Os resultados apontam para o acerto dos investimentos nos anos iniciais, com destaque para a ampliação do EF de 8 para 9 anos e para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), que conta com



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

materiais didáticos, formação de Professores, avaliação e o compromisso das gestões municipais e estaduais. O acesso à Pré-Escola aos 4 e 5 anos, que saltou de cerca de 60% para mais de 80% na última década, também pode impulsionar o desempenho, desde que haja qualidade no Ensino.

No entanto, a expectativa de que os ganhos nessa etapa se traduziriam automaticamente em uma melhora nas etapas posteriores foi frustrada. Aparentemente, a transição dos anos iniciais para os anos finais não está sendo conduzida de forma satisfatória. Esse momento é de grandes mudanças na vida do Aluno, por diversos fatores — entre eles, a transição da infância para a adolescência, a ruptura do relacionamento diário com apenas um Professor e, em muitos casos, a mudança de Escola.

Esse novo cenário exige dele um grau elevado de autonomia e a capacidade de adaptação à diferença de estilo dos Professores. Nesse sentido, há diversas questões que precisam de resposta, como o necessário apoio para o Aluno, a criação de mecanismos que permitam seu acompanhamento de maneira integral e a integração das diferentes áreas de conhecimento pela equipe de Professores e gestores da Escola, dando sentido a esses saberes ensinados, aparentemente, de maneira fragmentada.

No caso do Ensino médio, a sociedade civil e os poderes Legislativo e Executivo já debatem a necessidade de uma reformulação dessa etapa. A proposta existente, que visa somente a Educação superior, com extensa e única grade curricular, em todas as redes de Ensino, e jornada obrigatória de apenas quatro horas diárias, não está atendendo às necessidades e desejos dos jovens. No Brasil, só metade da população de 15 a 17 anos cursa o EM. A outra parte ficou retida no EF ou já desistiu da Escola. A discussão de uma nova estrutura dessa etapa, portanto, se torna imperativa diante do cenário que o Ideb nos revela.

A divulgação do Ideb vem em momento oportuno: no próximo mês, teremos eleições para cargos executivos e legislativos em âmbito nacional e estadual, e a sociedade precisa cobrar dos candidatos que a Educação tenha lugar prioritário no debate eleitoral, e, posteriormente, que eles se comprometam com políticas de Estado que visem garantir o direito à Educação básica de qualidade a todos os brasileiros, como questão estratégica para que o país se desenvolva social e economicamente, de forma sustentável.